



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA

PSI

nº 185 • Outubro | Novembro | Dezembro • 2015

CAMPANHA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS
**VIOLÊNCIA DE ESTADO
ONTEM E HOJE**

**DA EXCLUSÃO
AO EXTERMÍNIO**

4 **ORIENTAÇÃO**
Avaliação
psicológica para
obtenção da CNH

9 **MUNDO MELHOR**
Refugiados: papel da
Psicologia em tempos
de guerra e intolerância

20 **PSICOLOGIA E COTIDIANO**
Neurocientista Carl Hart
lança novo olhar sobre
a questão das drogas

**ORIENTAÇÃO | PSICÓLOGAS/OS QUE ATUAM COMO PERITOS EXAMINADORES**

Psicóloga mostra como a Psicologia pode ajudar a melhorar as condições do trânsito a partir do aprimoramento do processo que avalia os candidatos a obter a CNH.

MATÉRIA ESPECIAL | DESPATOLOGIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Os desafios para que a Resolução 001/99 do CFP, que estabelece normas profissionais relacionadas com o tema da orientação sexual, seja aceita e efetivamente cumprida.

MUNDO MELHOR | REFUGIADOS NO BRASIL

Psicólogas/os que atuam no acolhimento de solicitantes de asilo por motivos políticos, religiosos e de orientação sexual debatem o papel da Psicologia em tempos de guerra e intolerância.

PERSPECTIVA DO USUÁRIO | CONVIVENDO COM A DEFICIÊNCIA

Como a conquista da autonomia, a aceitação e o apoio da família podem ajudar a encontrar caminhos para lidar com a deficiência.

CAPA | CAMPANHA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

“Violência de Estado ontem e hoje: Da exclusão ao extermínio”, tema da campanha lançada pelo CRP SP, propõe articular ações em defesa da vida.

PSICOLOGIA E COTIDIANO | ENTREVISTA COM CARL HART

Neurocientista, referência mundial sobre a temática das políticas de drogas, fala sobre dependência, preconceito, segregação, descriminalização e de como um olhar humanizador pode resgatar pessoas da segregação social.

QUESTÕES ÉTICAS | ATENDIMENTO NÃO EVENTUAL

Psicólogas/os e advogados discutem o dilema ético do atendimento de crianças e adolescentes em sofrimento sem envolver os responsáveis, sob a ótica do Código de Ética das/os Psicólogas/os, o ECA e outras leis.

PROCESSOS ÉTICOS | VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Debate sobre a laicidade/religiosidade no âmbito da Psicologia.

UM DIA NA VIDA | A PSICOLOGIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Psicólogo conta sua experiência em serviços públicos e ONGs dedicados à saúde mental. Ele defende o papel da Psicologia na luta por direitos sociais.

SUBSEDES | CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS, ESTADUAL E NACIONAL

Conquistas e desafios do SUAS no ano em que a política pública completa dez anos

ESTANTE | DIREITOS HUMANOS NO CINEMA E NOS LIVROS

Seleção de filmes e livros traz reflexões sobre preconceito, violência e violação de direitos humanos.

4

6

9

13

16

20

23

25

26

28

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria**Presidenta** | Elisa Zaneratto Rosa**Vice-presidenta** | Adriana Eiko Matsumoto**Secretário** | José Agnaldo Gomes**Tesoureiro** | Guilherme Luz Fenerich**Conselheiros**

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sérgio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui

Realização Linha Fina**Jornalista responsável** Denise Ramiro (MTB 18581)**Edição** Milton Bellintani**Reportagens** Adriana Carvalho,

Denise Ramiro, Milton Bellintani

Direção de arte Cláudio Franchini**Fotos da capa** Reprodução site CRP SP**Revisão** Linha Fina**Impressão** Rettec Artes Gráficas**Tiragem** 89.300 exemplares**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

Cep 05410-020 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br**Informações** | info@crpsp.org.br**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br**Administração** | admin@crpsp.org.br**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br**Site**

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883,

3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370**Vale do Paraíba e Litoral Norte** |

tel. (12) 3631-1315



Reconhecer o sofrimento para combater a

VIOLÊNCIA DE ESTADO

Nas últimas semanas, assistimos estarrecidos inúmeras cenas de violência policial como resposta ao movimento de ocupação das escolas no estado de São Paulo. Como vítimas dessas ações violentas da polícia, adolescentes, jovens, familiares, professores e outros militantes que resistem ao fechamento de escolas pelo plano de reorganização apresentado pelo governo estadual. Resistência em nome da garantia de acesso a direitos. A cena, no entanto, se repete diariamente. Com outros atores e em torno da disputa de outros direitos. Se repete também sob outras formas e em outros cenários, muitas vezes não por meio dos braços armados do Estado, mas por suas instituições, suas deliberações, seus gabinetes.

A violência de Estado é estrutural em nossa sociedade. Marca nosso processo colonizador, operado por meio do genocídio, que exterminou brutalmente grande parte da população indígena e que escravizou a população negra, destituindo-a de sua história, de sua humanidade, de seus laços culturais. Tomadas como ações legítimas do Estado, essas formas de violência perpetuam-se e atualizam-se em nossa história, ganhando contornos específicos em diferentes cenários.

Atualmente, o cenário é de uma democracia conquistada pós ditadura militar e de avanços do Estado de garantia de direitos, no qual permanecem, como é próprio de uma sociedade desigual, diversas operações violentas do Estado como resposta aos conflitos instaurados. É preciso desnaturalizar essas formas de violência para que possamos enfrentá-la e superá-la.

Por isso, é com enorme satisfação que o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo lança sua Campanha Estadual de Direitos Humanos. Mantendo o compromisso com uma Psicologia transformadora, comprometida com a igualdade e a democracia, encerramos esse ano reafirmando à sociedade o protagonismo da nossa profissão na luta pelos direitos humanos em nosso país. Ao fazermos isso, somamos e compomos com a história permanente de resistência do povo brasileiro. Foram

pelos polos e movimentos de enfrentamento que conquistamos direitos fundamentais e, como processo incompleto, a história da sociedade brasileira segue como uma história de lutas.

Nossa maior contribuição nesse processo se dá, sem dúvida, na medida em que colocamos nosso saber, nosso conhecimento técnico, nosso fazer profissional a serviço do desvelamento das operações da violência de Estado. Contribuímos com a sociedade explicitando os efeitos psicológicos e ao mesmo tempo os determinantes subjetivos que acompanham essas formas de violência. Oferecemos recursos de cuidado, de escuta, de acolhimento, fundamentais para que seja possível reconstruir caminhos, resistir, constituir laços de solidariedade.

Milton Bellintani, jornalista que teceu a escrita de grande parte das páginas publicadas nessa edição e que deixou para nós essa obra ainda inconclusa, publicou pelo site Memórias da Ditadura um depoimento no qual evidencia as marcas subjetivas dessas formas de violência. Ele diz: “Nos dias em que meu pai esteve preso, apanhando e recebendo choques no pau de arara, algo nele se perdeu. Nos 28 anos seguintes que viveu, a identidade insistia que se tratava do mesmo Milton Luiz Bellintani de quem herdei o nome. Mas o pai que sobreviveu ao inferno da Rua Tutoia com Tomás Carvalhal, no bairro do Paraíso, nunca mais foi o mesmo dos meus 14 anos”.

Que possamos pelos recursos da Psicologia reconhecer, legitimar e acolher o sofrimento daqueles que vivem e viveram a violência operada pelo Estado em suas diferentes formas. Dar visibilidade a esse sofrimento e seus desdobramentos é fundamental para que, como psicólogas/os, sejamos ponto de resistência, de contradição, de enfrentamento dessas formas de violência. Que avancemos em 2016 na direção de uma Psicologia comprometida com a eliminação de todas as formas de violação de Direitos Humanos.

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo



Psicologia para um TRÂNSITO HUMANIZADO

Especialista em avaliação psicológica dos candidatos a obter habilitação mostra a importância do papel profissional, as conquistas e os desafios da função de perito examinador

A Psicologia passou a exercer papel importante para melhorar as condições do trânsito a partir do aprimoramento do processo que avalia os candidatos a obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que resultou de uma ação conjunta do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Há sete anos, o Contran determinou, por meio da Resolução nº 283/2008, que os testes aplicados aos candidatos sejam realizados apenas por psicólogas/os com especialização em Psicologia do Trânsito. Como desdobramento disso, o CFP aprovou normas e procedimentos para a avaliação psicológica dos candidatos à CNH e condutores de veículos automotores (Resolução nº 007/2009).

A atuação de psicólogas/os no processo acontece em três situações: obtenção da habilitação, adição de categoria – por exemplo, mudança da classificação B,

de condutor amador, para C, de condutor profissional – e renovação para habilitação em casos de atividades remuneradas com o veículo.

A avaliação psicológica segue o roteiro proposto pelo CFP e é aplicada da mesma forma para todos os públicos. Primeiro, o candidato passa por entrevista individual com uma/um psicóloga/o. A entrevista, extensa, visa obter o máximo de informações sobre os traços de personalidade e da rotina do candidato, como forma de avaliar que tipo de pessoa será autorizada a conduzir.

Então, a/o psicóloga/o atua para que a pessoa se sinta mais à vontade antes de fazer os testes escritos, resolvendo eventuais dúvidas que ela manifeste. Essa etapa avalia a personalidade, os tipos de atenção do candidato, seu raciocínio e capacidade de estabelecer relações interpessoais.



A terceira fase do processo compreende a elaboração do laudo psicológico sobre os resultados obtidos na entrevista e nos testes, de forma objetiva. Em seguida, obrigatoriamente, acontece a entrevista devolutiva.

Segundo Daniela Bianchi, psicóloga clínica e docente do Ensino Superior em São José do Rio Preto e Catanduva, é na entrevista devolutiva que se atua para orientar a pessoa em relação aos resultados que apresentou, mostrando a importância da avaliação psicológica para o trânsito. Se no resultado se detectam indícios de depressão ou ansiedade, é necessário fazer o encaminhamento clínico do candidato. “A gente pede licença para entrar no psiquismo dessa pessoa. Nada mais justo do que devolver quais foram os resultados dela”, explica.

Antes das resoluções do Contran e do Conselho Federal, a entrevista individual não existia e a devolutiva não era obrigatória. Além dessa exigência, a orientação do CFP também determina que o laudo da avaliação fique arquivado por cinco anos na clínica.

Depois de passar sete anos atuando como perita examinadora no trânsito em Catanduva, Daniela ingressou no mestrado na área de Saúde e Educação na Universidade de Ribeirão Preto, focado na questão do trânsito. Sua pesquisa “Análise da Qualidade do Serviço de Avaliação Psicológica para o Trânsito sob a Ótica do Candidato à Obtenção de Habilitação” foi apresentada no início de 2015. A inspiração pelo tema veio de suas descobertas durante o período em que atuou como profissional na área. “Sentia nos candidatos que estavam insatisfeitos

com as avaliações anteriores. Durante as entrevistas que aplicava, as pessoas queriam saber para o que serve a avaliação psicológica”, conta. A proposta da pesquisa era descobrir se a avaliação psicológica consegue promover a essa população um serviço de qualidade ou não.

Situações especiais

A avaliação é igual em casos em que os candidatos possuem algum tipo de limitação física ou sensorial. Daniela cita como exemplo o caso de duas pessoas com deficiência auditiva que avaliou e foram consideradas aptas a conduzir. Ela explica que em situações como essas, se necessário, pode-se incluir um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), que fará a intermediação com a/o psicóloga/o. “De diferente no processo, apenas que essa avaliação requer um pouco mais de atenção e um tempo maior para a entrevista.”

Apesar de as resoluções do Contran e do CFP terem a proposição de incentivar a responsabilidade das/dos psicólogas/os na atuação como peritos examinadores, a avaliação psicológica não acontece em todos os casos. Foi o que Daniela apurou em sua pesquisa acadêmica. Após entrevistar 245 candidatos à obtenção da habilitação em Catanduva, ela descobriu que em 62% dos casos as pessoas não receberam a devolutiva. Ela achou preocupante ainda o fato de que nem sempre são as/os psicólogas/os que passam as instruções sobre os testes aos candidatos – mesmo sendo obrigatório – e que em 30% dos casos não foi a/o psicóloga/o que fez a avaliação psicológica dos candidatos.

Desafios

Daniela lembra que quando começou a trabalhar como perita examinadora de trânsito não sabia das dificuldades que encontraria. A começar pelas pressões tanto por parte dos Centros de Formação de Condutores, que pedem rapidez no procedimento, quanto da própria população, que muitas vezes demonstra desinteresse pelo serviço. “A representação social da/do psicóloga/o do trânsito ainda é negativa”, diz Daniela. Segundo ela, não é possível fazer uma avaliação psicológica bem feita em menos de uma hora e meia. “O importante é não ceder às pressões e não perder o foco no candidato.”

Para Daniela, ser um bom perito examinador depende de mostrar aos candidatos a importância da avaliação e de ser atencioso. Também é fundamental ser solícito para responder as dúvidas quantas vezes for necessário e, no momento da entrevista, ter um espaço privado para conversar com a pessoa de forma aberta e, assim, acolher as suas respostas. “O acolhimento é feito com olhar de acolhimento, no sentido de transmitir que estamos compreendendo o que a pessoa está dizendo, sem fazer julgamento precipitado sobre o candidato.”



O desafio de despatologizar a **SEXUALIDADE**

Dezesseis anos após sua publicação, Resolução 001/99 do CFP, que estabelece normas profissionais relacionadas com o tema da orientação sexual, ainda enfrenta obstáculos para efetiva aplicação

Quando entra em sala de aula para falar sobre temas como orientação sexual e identidade de gênero, o professor da PUC de Minas Gerais Paulo Roberto Ceccarelli sabe que tem pela frente uma missão importante: disseminar entre as/os futuras/os psicólogas/os as bases de uma conduta profissional que deve combater a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, contribuindo para diminuir o preconceito e a estigmatização. Não raro ele depara com estudantes que se mostram resistentes a aceitar essas diretrizes. As argumentações deles muitas vezes estão calcadas em crenças religiosas.

O que se passa na sala de aula é um pequeno exemplo do tamanho do desafio para que a Resolução 001/99, publicada há dezesseis anos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), seja aceita e efetivamente aplicada. Ceccarelli fez parte do grupo de discussões que forneceu as bases para a elaboração do texto da Resolução, que estabelece normas relacionadas ao tema da orientação sexual. Segundo ele, o documento é alvo de polêmicas até hoje. Os que o condenam costumam dizer que a Resolução impediria a assistência psicológica ao público LGBT. “A Resolução não impede o tratamento. A questão é: não há o que tratar, porque homossexualidade, bissexualidade e transexualidade não são doenças”, afirma.

Mas isso não proíbe que psicólogas/os acolham e tratem o sofrimento de quem procura ajuda em razão de problemas enfrentados devido à sua orientação sexual. Esse sofrimento quase sempre tem como motivo a pressão social para se encaixar em um padrão considerado “normal”. Em outras palavras, esse sofrimento é gerado pelo preconceito e não pela orientação sexual de cada um.

“Cura gay”

O que motivou a elaboração da Resolução 001/99 foi a necessidade de coibir a prática da chamada “cura gay”. Dois anos antes de sua publicação, o CFP havia recebido uma manifestação do Grupo Gay da Bahia, Associação de Defesa dos Direitos Humanos dos Homossexuais, que se mostrava indignada com a realização de um congresso religioso que prometia a “cura” da homossexualidade com a ajuda de uma/um psicóloga/o. Ao ser questionado sobre que postura tomaria diante da atitude desse profissional, o Conselho Federal percebeu que não dispunha de instrumentos para adverti-lo, já que, formalmente, não existia regra que dissesse que estava proibido de fazê-lo por ferir a ética da profissão.

À frente do CFP na época, a psicóloga Ana Bock conta que o assunto foi levado à discussão em plenária. O consenso foi de que, para responder à sociedade sobre questões desse tipo, seria necessário produzir referências técnicas e éticas que pudessem balizar a prática das/dos psicólogas/os. Foi então formado um grupo

“A Resolução não impede o tratamento. A questão é: não há o que tratar, porque homossexualidade, bissexualidade e transexualidade não são doenças”

Paulo Roberto Ceccarelli,
professor da PUC de Minas Gerais

com terapeutas, educadores e profissionais de hospitais para produzir as discussões que serviriam como base para a formulação do texto final da Resolução. “O texto foi muito debatido e construído de forma democrática”, diz ela, explicando que ele foi levado a duas edições da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), ocasião em que se reúne todo o Sistema de Conselhos de Psicologia. O resultado foi um documento com princípios que estão de acordo com o que determina hoje a Organização Mundial de Saúde e que foi considerado pioneiro no mundo.

“Nossa Resolução serviu como referência para a American Psychological Association (APA) e para organismos ligados aos direitos humanos”, conta Bock. Traduzida para o inglês, francês e espanhol, ela também foi debatida pela União Latino-Americana de Psicologia. Mas, se por um lado a norma foi elogiada e reproduzida, por outro segue no centro de polêmicas. O exemplo maior é o Projeto de Decreto Legislativo 234/11, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), que quer tornar sem efeito o trecho do Artigo 3º e todo o Artigo 4º da Resolução, que dizem que as/os psicólogas/os não devem colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades e que profissionais da Psicologia também não devem se pronunciar publicamente defendendo tais posturas.

Do papel à prática

Para José Luis Gomez, psicólogo do Centro de Cidadania LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, apesar da Resolução 001/99 e do fato de a homossexualidade ter deixado de constar do Código Internacional de Doenças (CID) há 25 anos, há muito a ser feito para combater a homofobia, a bifobia e a transfobia. Segundo ele, embora não sejam

frequentes, ainda hoje chegam ao CC LGBT usuários que afirmam ter recebido orientações de psicólogos/os para “tratarem” de sua homossexualidade.

Com o objetivo de mudar essa realidade, o Centro promove eventos de sensibilização e capacitação tanto para profissionais de saúde como para o público em geral. “Se recebemos queixas de funcionários de uma empresa de que sofreram homofobia, acionamos essas corporações para levar sensibilização aos demais trabalhadores de forma a evitar que a situação se repita”, explica Gomez. Ele diz que, além de empresas, essas ações já foram levadas também a Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Centros de Acolhida municipais e hospitais públicos. Para ele, a discussão deve ser ampliada também em instituições de ensino de todos os níveis. “As questões de sexualidade e identidade de gênero são pouco discutidas nas escolas e faculdades, inclusive nos currículos de Psicologia. E, infelizmente, a questão de educação de gênero não foi incluída no Plano Municipal de Educação”, ressalta.

As origens do preconceito

A persistência da polêmica com relação à Resolução do CFP depois de mais de uma década, segundo Paulo Roberto Ceccarelli, está associada ao fato de que ela mexe com estruturas seculares da nossa sociedade. Elas são tão antigas quanto o mito de Adão e Eva, que associa a perda do paraíso a uma questão de gênero. Para dizer o que é patológico em sexualidade, diz ele, primeiro é necessário definir o que é “normal”. E o que é “normal”, no caso, não tem nada a ver com o que é natural – por exemplo, é natural que mulheres gestem filhos e homens, não. “O que é considerado ‘normal’ para quem defende que só é aceitável a união sexual entre um homem e uma mulher está relacionado na verdade com um discurso de poder ligado à mitologia da nossa sociedade”, afirma Ceccarelli. Ele ressalta que ao comparar a mitologia ocidental, de origem judaico-cristã, com a de outras sociedades, como as de povos indígenas brasileiros, por exemplo, é possível perceber uma grande diferença na maneira de encarar, vivenciar e aceitar a sexualidade.

Ceccarelli não considera que existam patologias relacionadas à sexualidade, mas sim perversões que podem ser definidas como a imposição daquilo que o outro não quer no terreno sexual e que geram sofrimento. O estupro e o abuso sexual infantil podem ser considerados perversões. Seguindo esse raciocínio, o psicólogo diz que quando o Estado ou seus legisladores promovem a repressão à homossexualidade, bissexualidade e transexualidade, também agem de forma perversa. Dessa forma, aqueles que levantam a voz em nome da moralidade são, na verdade, os que mais agem de forma a alimentar o sofrimento alheio.

Fora do catálogo de doenças

Embora a homossexualidade tenha deixado de ser considerada como transtorno mental pela Associação Americana de Psiquiatria em 1973, até 1990 ela foi mantida na Lista da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse conceito foi revisto na 10ª Revisão da lista, que determinou que “a homossexualidade per se não está mais incluída como categoria”. Ainda assim, a orientação sexual continuou tendo caráter patologizante devido à sua associação com categorias que a conectam a distúrbios mentais. Atualmente, a OMS trabalha na 11ª revisão de sua lista, que deve ser publicada em 2017.

O grupo de trabalho de Classificação de Desordens Sexuais e Saúde Sexual indicou que vai propor que as categorias de doenças relacionadas à sexualidade para diagnóstico com base na orientação sexual sejam totalmente excluídas da classificação.



Foto: Dollar Photo Club



Braços abertos aos REFUGIADOS

Acolhimento a pessoas que solicitam asilo abre discussão sobre experiências da Psicologia em tempos de guerra e intolerância

O acirramento dos conflitos externos colocou a questão dos refugiados em evidência no mundo todo. No Brasil, esse fluxo de pessoas cresceu exponencialmente, chegando a 7.289 refugiados reconhecidos em outubro de 2014 ante 4.357 em 2010, conforme dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão interministerial presidido pelo Ministério da

Justiça. Os sírios somam a maioria deles (23%), seguidos por refugiados da Colômbia, de Angola e da República Democrática do Congo. O número de solicitações de refúgio no período também deu um salto de 1.366%, passando de 566 para 8.032.

Embora o Brasil tenha uma política externa orientada por princípios humanitários, o país não se estruturou para

oferecer o mínimo necessário para eles refazerem suas vidas. A avaliação é da psicóloga Maria de Fátima Nassif, técnica da Proteção Social Especial na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Segundo ela, no âmbito da assistência social é preciso brigar em várias frentes para se conseguir, por exemplo, uma vaga na escola ou na creche para as crianças que chegam do estrangeiro, direitos que muitas vezes são negados para os próprios brasileiros. Ela chama atenção ainda para o ambiente político e econômico difícil que encontram hoje no país, o que dificulta ainda mais a vida de quem escolheu o Brasil para tentar uma nova vida. "O imigrante quando chega aqui, não é para ter privilégios, mas para ser equiparado com o brasileiro, enfrentando as mesmas carências que a população daqui enfrenta, com o agravante da xenofobia, de ser excluído, de não ser aceito."

Mesmo diante desse cenário, a expectativa dos profissionais que atuam diretamente com esse público é a de que com o aumento da demanda surjam novos espaços para receber os solicitantes de refúgio no país. É o caso da Casa de Passagem Terra Nova, sob a gestão da Secretaria Estadual de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, inaugurada há pouco mais de um ano, no centro da capital paulista.

De acordo com a psicóloga Ana Paula Barreto Plantier,

"Nosso principal papel no acolhimento talvez seja o de dar um lugar a essas pessoas e mostrar a elas que não estão sozinhas"

Ana Paula Barreto Plantier, psicóloga

da equipe técnica da Terra Nova, o abrigo veio suprir uma demanda que existe no fluxo de refugiados de São Paulo, que é a de um local onde as famílias possam ficar juntas, um raro exemplo na rede sócio-assistencial. Geralmente, a mulher fica num centro de apoio especializado e os homens em outro. "Eles carregam muitas dores e perdas, já passaram por tudo, e quando chegam aqui ainda têm que ficar separados", diz Ana Paula.

Segundo ela, a recepção aos refugiados envolve assistente social, psicólogos/os, pedagoga e advogado. A casa tem capacidade para abrigar 50 pessoas por até 60 dias, período em que os moradores recebem orientação



Foto: Fora do Eixo/Flickr Creative Commons

Africanos estão entre os principais grupos de refugiados no país



Pedido de asilo
cresceu 1.366%
de 2010 a 2014

profissional, aulas de português, auxílio para arrumarem trabalho e vaga para os filhos na escola.

Após o atendimento inicial feito pela assistente social, eles são encaminhados para as/os psicólogas/os da casa. O psicólogo Victor Valentim de Souza, colega de Ana Paula no espaço, conta que o seu papel é ouvir as pessoas, suas histórias de vida, expectativas e quais os tipos de apoio eles vão precisar. "Cada um, a depender do que viveu e viverá, necessitará de um encaminhamento diferente, há casos mais graves em que a pessoa precisa de um acompanhamento psicológico clínico ou psiquiátrico frequente", diz Victor. Os encaminhamentos são feitos para os serviços disponíveis na rede de assistência social. "Nosso principal papel no acolhimento talvez seja o de dar um lugar a essas pessoas e mostrar a elas que não estão sozinhas", diz Ana Paula.

A maioria dos abrigados na Terra Nova vem da África (Angola, República Democrática do Congo, Gana, Nigéria) e da Síria. Segundo Victor, os motivos dos deslocamentos são sempre muito duros, guerras civis, genocídios, perseguição religiosa e política, vítimas de violência sexual ou de questões de gênero, incluindo questões relativas à homossexualidade. Muitos perderam parentes, alguns deixaram filhos para trás, e muitas vezes não podem nem entrar em contato com os familiares de seu país de origem para que eles não corram risco de perseguição.

"O que importa para a gente não é apenas que eles sobrevivam, mas que aprendam e sintam a possibilidade de conviver com as múltiplas possibilidades que vão encontrar por aqui e não só com os valores que trazem na bagagem"

Leandro Feitosa Andrade, psicólogo

Quando chegam ao Brasil se deparam com novos obstáculos. Segundo a psicóloga Maria de Fátima, muitos desses estrangeiros tinham boa condição social no país de origem, mas acabam assumindo postos de trabalhos muito menos qualificados do que a sua capacidade. "É um sentimento de perda muito forte", afirma ela. Na Terra Nova, conta Ana Paula, muitos dos refugiados têm formação de nível superior e acabam trabalhando como faxineiros, auxiliares de cozinha, caixas de supermercado, recebendo salários baixíssimos, insuficientes para o



Foto: Fora do Eixo/Flickr Creative Commons

Desafio de encontrar trabalho, casa e escola para os filhos

sustento da família. A questão da moradia também é um grande problema, muitos estão morando em ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Mas é justamente a questão de moradia, diz Ana Paula, onde eles estão exercendo a sua cidadania, ao se inserirem na luta pela política de habitação.

Para Maria de Fátima, o papel da Psicologia no processo de adaptação do refugiado é primeiramente o de acolhimento, de ajudá-lo a elaborar os sentimentos e a enxergar suas potencialidades e perspectivas. Outro trabalho fundamental das/os psicólogas/os, segundo ela, é o de ajudar a combater a xenofobia e o racismo, em qualquer que seja a inserção da Psicologia, inclusive na academia. Apesar das adversidades, ela acredita ser possível reconstruir a vida e ser feliz em um novo país.

Victor e Ana Paula acompanharam de perto casos de adaptação bem sucedidos. Um deles, o de uma família síria, pai, mãe e duas filhas, de quatro e seis anos, que chegou ao abrigo no final do ano passado e hoje, depois de várias superações, estão vivendo em boas condições financeiras e emocionais. Moram em uma boa casa em Guarulhos, as crianças estão na escola e o pai, dono de restaurante em seu país de origem, abriu uma empresa que fornece comida árabe para restaurantes da região.

Ana Paula lembra também da história de uma viúva nigeriana, cujo marido foi assassinado em conflitos no país de origem. Ela chegou ao abrigo com as duas filhas pequenas e conseguiu construir uma nova vida. A mãe está vivendo com um novo parceiro, também estrangeiro, que conseguiu trabalho como caseiro em um sítio em Itapeverica da Serra. Ela é diarista em casas de sítios ao redor e as filhas estão na escola. O grande desafio para

a equipe técnica do Terra Nova em ambos os casos foi o trabalho com as crianças, que chegaram ao abrigo com muito sofrimento. “Não agiam como crianças, viram muita violência de perto”, conta Victor. Com o tempo, conta ele, conseguimos criar vínculos, dando afeto e mostrando a elas que podiam ser crianças sem perigo aqui no Brasil.

Adaptação cultural

Outro serviço disponível em São Paulo para os refugiados é prestado pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Voltado exclusivamente para os homens refugiados, a atividade foi inspirada em um projeto já existente na casa para atender homens autuados na Lei Maria da Penha. O coletivo foi contratado em 2014 pela Acnur, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado para as questões de refugiados, para fazer um trabalho semelhante com esse público, só que com a abordagem nas questões de gênero e cultural.

O coordenador do projeto, Leandro Feitosa Andrade, doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e professor na mesma instituição, explica que o objetivo do serviço é passar informações aos refugiados sobre a cultura brasileira para ajudá-los a conviver melhor no país. “O que importa para a gente não é apenas que eles sobrevivam, mas que aprendam e sintam a possibilidade de conviver com as múltiplas possibilidades que vão encontrar por aqui e não só com os valores que trazem na bagagem”, explica Leandro.

Segundo o psicólogo, o choque de culturas é muito grande. A população atendida no projeto é formada na maioria por muçulmanos e cristãos ortodoxos de origem africana e síria, com crenças e costumes muito distintos do Brasil.



Aprendendo a conviver com a deficiência

A conquista da autonomia e a aceitação de sua condição se mostram um caminho para lidar com a deficiência. Nesse processo, a família desempenha um papel fundamental

Estudante do segundo ano do ensino médio do Colégio Batista Brasileiro, Samuel Adiron tem 16 anos e muitos sonhos, como qualquer jovem de sua idade. É extremamente social e falante. No ano que vem, espera concluir a última etapa do colégio e se dedicar aos estudos para passar no vestibular. Quer cursar a faculdade de Pedagogia. Um de seus amigos, que conhece há muitos anos, é professor na Universidade de Málaga, na Espanha, e o convidou para passar um ano estudando

lá. Se as condições permitirem, Samuel irá.

Esse pequeno retrato do cotidiano de Samuel mostra que o fato de ele ter Síndrome de Down (SD) não representa um fator limitador para muitos aspectos de sua vida social ou de estudante. E, por isso mesmo, prova que ser considerado uma pessoa com deficiência não significa necessariamente ser alguém que convive com o sofrimento psicológico. “Eu não sofro nada por causa da minha síndrome. Sinto que todos me respeitam tanto na



escola quanto fora dela. E tenho muitos amigos”, diz Samuel, que em seguida nomeia um a um seus companheiros de escola mais queridos. “A minha família está vendo que eu estou crescendo em nível de conhecimento, estou sempre aprendendo coisas novas”, conta o jovem.

Segundo Fábio Adiron, pai de Samuel, um dos fatores que o ajuda a se sentir valorizado é a participação em congressos e palestras voltados para o tema da síndrome. “Ele se sente muito bem com isso, gosta de falar e se vê como sendo importante fazendo palestras”, explica, acrescentando que Samuel fez sua primeira palestra em 2014 em um evento da RibDown, associação de Ribeirão Preto. Neste ano o jovem foi palestrante no Seminário Internacional da Fundação SD de Campinas e no Congresso Brasileiro de SD que aconteceu em Curitiba.

A presença de pai e filho em eventos sobre a temática deriva do envolvimento de Fábio com grupos de pais que tem filhos na mesma condição. Pouco depois do nascimento de Samuel, Fábio ingressou em grupos de discussão sobre a síndrome na internet. Ele também chegou a fundar uma associação – que já não existe mais – voltada a pais de deficientes intelectuais e até hoje modera fóruns virtuais de discussão do assunto. Além disso, trabalha voluntariamente para a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. “A participação em grupos sempre é muito importante para pais e profissionais, pois ajuda a entender as questões que são comuns e, ao mesmo tempo funciona como grupo de apoio”, pontua.

De acordo com ele, a conquista de uma maior autonomia por parte de Samuel passa pela postura adotada no dia a dia familiar e pela educação inclusiva. Em casa, o jovem ajuda nos afazeres de casa. “Eu lavo louça e também ajudo minha mãe, Elsa, a lavar as roupas. Aos finais

“A situação ainda é ruim. Já foi péssima. **As políticas públicas federais ajudaram bastante nos últimos anos, mas ainda existem resistências muito fortes**, especialmente da indústria da educação especial que teme perder espaço, poder e, principalmente, verbas públicas”

Fábio Adiron, pai de Samuel

de semana, gosto de fazer o café da manhã”, diz ele. Desde o início de sua vida escolar, seus pais fizeram questão de que ele estudasse junto com crianças que não possuem deficiência. “Eu defendo a educação inclusiva, pois entendo que não existe uma educação específica para segmentos de pessoas”, afirma ele, para quem os avanços em inclusão ainda são pequenos no nosso país.

“A situação ainda é ruim. Já foi péssima. As políticas públicas federais ajudaram bastante nos últimos anos, mas ainda existem resistências muito fortes, especialmente da indústria da educação especial que teme perder espaço, poder e, principalmente, verbas públicas”, argumenta ele. Para Fábio, as escolas particulares também são focos de resistência, uma vez que, muitas escolas têm apenas o objetivo de preparar alunos para o vestibular. “Escolas com esse modelo acham que pessoas com deficiência vão atrapalhar o desempenho de outros alunos e da avaliação da escola nos exames nacionais”, pontua. Com relação ao preconceito, Fábio considera que Samuel e a família nunca passaram por situações explícitas, embora ele perceba que existem eventualmente algumas manifestações indiretas. “Os colegas de escola são ótimos, mas nessa fase de adolescência chamam pouco o Samuel para programas que eles fazem”, diz.

O pai do jovem também afirma que Samuel nunca se queixou de ter Síndrome de Down e que essa condição não é supervalorizada no relacionamento familiar. Samuel sabe o que significa a Síndrome de Down e também está ciente de que não será tratado de maneira diferente por causa disso. Ele tem uma irmã dois anos mais nova que não possui deficiência. A relação entre eles é como de outros irmãos dessa idade, segundo Fábio: ela sempre está preocupada com ele, ele quer ser protetor dela e, em alguns momentos, discutem por divergências pontuais.



Samuel: “Não sofro nada por causa da minha síndrome.”



Foto: Dollar Photo Club

“Eu diria que o problema mais complicado é ela entender algumas pessoas que o tratam de forma diferenciada, quando nós ensinamos o tempo todo que não é para fazer isso”, diz Fábio.

O incentivo dado pela família para uma vida autônoma e inclusiva também é apontado como um fator de valorização e empoderamento pessoal para Roseli Behaker Garcia. “A minha família me deu um suporte extremamente adequado para eu aceitar minha deficiência”, conta Roseli, de 42 anos, que ficou cega devido a uma retinopatia de prematuridade. A doença foi adquirida quando era recém-nascida. “Tenho duas tias que já trabalhavam como professoras para pessoas com deficiência visual antes de eu nascer. Elas foram um grande apoio para mim”, diz.

Dos seis aos oito anos, Roseli estudou no Instituto de Cegos Padre Chico para aprender a ter autonomia na linguagem escrita e em Braille. Depois de alfabetizada foi estudar em uma escola comum. Para ela, esse foi um período de descobertas. “Foi uma fase de conhecer outras crianças e das outras crianças me conhecerem. Nunca me senti isolada e sempre tive muitos amigos”, diz ela, que tem uma irmã gêmea que não possui a deficiência e com quem também sempre teve bom relacionamento.

Formada em Letras pela Universidade Mackenzie, Roseli fez curso de especialização em Linguagens da Arte

no Centro Universitário Maria Antonia USP e mestrado em Educação, Arte e História da Cultura também no Mackenzie. Além de estudar, ela trabalha. Há 20 anos é analista de Recursos Humanos na universidade pela qual se formou. Ela conta que não sente sofrimento psicológico pelo fato de ser cega. Mas se sente incomodada quando percebe que as pessoas a sua volta não confiam na sua capacidade de realizar atividades ou tarefas. “O que me deixa triste é quando as pessoas põe em dúvida se vou conseguir fazer algo, se vai dar certo. Geralmente eu tento driblar essas desconfianças, não ficar dando asas a esse assunto”, afirma ela, acrescentando que nessas horas não entra em brigas ou discussões.

Em momentos em que precisa desabafar, Roseli recorre aos amigos. Mas diz que também faz atividades paralelas que a ajudam a gerenciar as inquietações e a se inserir mais no contexto social. Ela participa do Projeto Mix Menstruais, parte da Oficina dos Menstruais. Trata-se de um grupo de teatro que, apesar de formado por pessoas com diferentes tipos de deficiência física não possui propósito terapêutico, mas exclusivamente artístico, segundo ela. “A última peça que nós fizemos chama-se Aldeia dos Ventos Mix e eu fiz o papel de ama do castelo”, diz Roseli. Nessa e em outras atividades de sua vida, ela afirma com segurança: “Eu estou bem realizada com tudo o que faço”.



Da exclusão ao **EXTERMÍNIO**

A nova Campanha de Direitos Humanos do CRP SP reforça o compromisso que a Psicologia deve ter diante do sofrimento causado por todas as formas de violência do Estado

Desde que o Brasil é Brasil, ou seja, desde que ganhou esse nome após a chegada dos colonizadores europeus, o país vivencia atos de violência cometidos ou autorizados pelo Estado e convive com suas consequências. Que o digam os povos originários e a população negra: as sequelas do sequestro, da escravidão, da tortura e da anulação de sua cultura continuam ecoando ainda hoje. Discutir as raízes históricas dessa brutalidade e a maneira como se manifestam no cotidiano atualmente são os focos da nova Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP, que tem como mote “Violência de Estado ontem e hoje: da exclusão ao extermínio”. Lançada em outubro durante evento realizado no Auditório do CRP SP, a campanha reitera o compromisso com a cultura de promoção e defesa de Direitos Humanos, que é um dos pilares assumidos recentemente pela psicologia brasileira.

A violência exercida pelo Estado - não apenas aquela exercida pelas forças de segurança pública, mas também a facilitada pelos Poderes constituintes do Estado (gabinetes, órgãos, serviços e políticas) - consegue impactar no cotidiano de indivíduos e coletivos. Não raramente e paradoxalmente, a violência de Estado tenta encontrar justificativa e apoio em discursos e argumentos de defesa de direitos. “Nesse jogo de ‘sinais trocados’ indivíduos e segmentos sociais são severamente oprimidos em nome da defesa de direitos e da garantia da lei e da ordem”, afirma o conselheiro do CRP SP Aristeu Bertelli da Silva, coordenador da Comissão Estadual de Direitos Humanos.

Exemplo disso está nas consequências das estratégias e políticas alinhadas pela lógica da “guerra às drogas”, da qual decorre um aumento da apreensão de adolescentes e do encarceramento de populações adultas, além das situações de torturas, maus tratos e letalidade exercida por forças de segurança.

As vivências de sofrimento atrelada a situações de violência de Estado são patentes e observáveis. Muitas pessoas e comunidades guardam em suas subjetividades, memória e história as marcas dessa violência. Diante de uma narrativa que exponha uma situação de violação de direitos, seja na escuta, no atendimento e nos apoios clínicos ou no exercício de políticas públicas, compete ao ético exercício profissional ser sinal de contradição. As possibilidades de atuação da Psicologia, ciência e profissão, não podem ser resumidas ou traduzidas em conformismo. “Elogios à formosura e beleza do tecido e das roupas quando o rei está nu é o exato jogo de um exercício profissional conformista e da construção de uma ciência acanhada, portanto, alinhada à violência de Estado”, diz Aristeu, acrescentando que apontar as incoerências e inconsistências, romper a banalidade e denunciar a naturalização dos processos de sujeição e violação de direitos representam a ética prática da Psicologia.

As vivências de
sofrimento atrelada
**a situações de violência
de Estado são patentes**
e observáveis. Muitas
pessoas e comunidades
guardam em suas subjetividades,
memória e história
as marcas dessa violência

Histórico de defesa dos Direitos Humanos

A conselheira presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Elisa Zaneratto Rosa, ressalta que a atual gestão se reconhece como parte de um coletivo que nos últimos anos se posicionou de forma inequívoca pela defesa dos Direitos Humanos e que defende uma Psicologia comprometida com uma sociedade mais democrática e igualitária. Ela lembra que quando assumiu pela primeira vez em 1997 a gestão do Conselho Federal de Psicologia (CFP), uma das primeiras ações desse coletivo foi criar a Comissão Nacional de Direitos Humanos, que começou a atuar em agosto daquele ano.

No ano seguinte a comissão se tornou regular, com isso instituindo que todos os Conselhos Regionais de Psicologia deveriam ter obrigatoriamente Comissões de Direitos Humanos em âmbito estadual. “Percebemos que fortalecer a luta por direitos humanos era uma estratégia que reconhecia a relação entre a Psicologia e o Estado. Colocamos então em pauta a relação entre direitos humanos, ação do Estado e sofrimento humano, bem como seus desdobramentos na dimensão subjetiva”, afirma Elisa, acrescentando que a Psicologia comprometida com a dimensão relativa da experiência subjetiva do sofrimento humano tem legitimidade para apontar o modo como o Estado por meio de suas ações garante ou viola direitos humanos e os efeitos desse processo.

Atentos à necessidade de vigilância em relação aos direitos que cabe ao Estado assegurar, o CFP passou a realizar desde 1998 seminários nacionais de Direitos Humanos, além de inspeções nacionais e campanhas que permitiram lançar luz aos efeitos das ações de violações de direitos humanos na subjetividade humana, contribuindo assim para combater essas formas de violência por meio da Psicologia. Entre os temas abordados desde então estiveram o preconceito racial, os manicômios judiciais, as diversas

formas de violações dos direitos de crianças e adolescentes, as violências que se originam em nome da proteção e do cuidado, dentre outros.

Em todos esses anos foram feitas inspeções pelo Sistema Conselhos de Psicologia para jogar luz sobre situações em que se operavam violações de direitos humanos, muitas vezes dentro de instituições geridas pelo Estado. Elas resultaram em relatórios – um exercício de transparência – que podem tanto fomentar denúncias aos órgãos competentes, subsidiando processos de apuração e superação de violações, como estimular o aprimoramento das políticas públicas na medida em que apontam falhas e recomendam alternativas. A primeira inspeção foi realizada em 2004 em hospitais psiquiátricos. Em 2006 houve a segunda inspeção, em unidades de internação de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas. Em 2007 foi a vez de instituições de longa permanência para idosos e pouco depois, em entidades destinadas ao tratamento de usuários de álcool e outras drogas. Uma nova inspeção deverá ser realizada também dentro do âmbito da Campanha contra a violência de Estado.

A colonização, a ditadura e os tempos atuais

Para o conselheiro Aristeu Bertelli da Silva, a sociedade brasileira historicamente se formou por meio do extermínio de populações originárias e se organizou a partir da mão de obra escravizada. Essa lógica se explicita novamente no período de ditadura militar, cujo os efeitos permanecem em nossa sociedade. “Podemos achar que a ditadura acabou, mas basta conversar com os familiares de quem morreu ou foi torturado na época para perceber que não é assim. Os mesmos expedientes usados naquela época são usados hoje em atos violência de estado: o cala boca, a tortura, o sumir com corpos”, ressalta ele.

Discutir a violência de Estado e o papel da Psicologia também é essencial porque ainda hoje muitas vezes o braço da Psicologia é o braço usado para justificar esse tipo de extermínio, conforme afirma Carla Biancha Angelucci, secretária tesoureira da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi). “Nós psicólogas/os fomos e somos acionadas/os muitas vezes a fim de legitimarmos o extermínio de determinada cultura. Por isso não é aceitável sentar-se em um lugar isolado e agir justificando ações criminosas”, diz ela, para quem uma das formas da violência de Estado operar é não só a de subjugar os povos, mas também de exterminá-los. “Na América Latina vivemos uma condição criada há centenas de anos quando da chegada de um conjunto de pessoas que estabeleceram um modo de governar a partir da “verdade” e, com isso, subjugando os povos originários. Ao viajar por essa região vamos percebendo

o empobrecimento da América Latina a partir do extermínio de várias das populações”, afirma Carla.

Para Carlos Gilberto Pereira, representante do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a violência do Estado não é uma violência qualquer: é uma violência de classe que visa dominar, domesticar, desconstruir os sonhos e esperanças. “A exclusão é parte integrante do extermínio. Moro na periferia e sempre trabalhei e morei na periferia e posso falar de como a violência acontece lá. Temos uma visão de que a principal violência é da polícia, mas temos também a violência da política”, argumenta Carlos. A violência política, segundo ele, trabalha no sentido de apagar as pessoas e principalmente as entidades de defesa dos direitos humanos. Importante notar, conforme analisa Carlos, que embora algumas classes sejam mais afetadas que outras pela violência de Estado, não é possível acreditar que algumas estão mais a salvo que outras. “Ou remamos todos na mesma direção ou vamos pifar todos. Hoje estamos enfrentando um inimigo diferente da época da ditadura. Naquela época falávamos em tortura e desaparecimento de pessoas, mas hoje vemos em escala muito maior o extermínio”, diz ele.

As práticas de exclusão e extermínio são reforçadas pela impunidade, pela conivência e pelo desinteresse do poder público e da sociedade, de acordo com a psicóloga e psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP e autora do livro “Tortura” (Ed. Casa do Psicólogo - 2013). Ela diz que a brutalidade do Estado deve levar a refletir sobre o fato de que há segmentos da sociedade que disseminaram a ideia de que determinadas vidas podem ser exterminadas e não merecem luto.

Para a chilena Andrea Hain, psicóloga social comunitária que desenvolve pesquisas em defesa dos direitos de grupos sociais e culturais, a sociedade em geral consegue defender melhor direitos humanos individuais do que direitos humanos coletivos. “Podemos com mais facilidade reclamar os direitos de uma pessoa presa, que tenha nome e sobrenome, do que reclamar direitos que dizem respeito a uma coletividade”, diz ela. Ela relata que no Chile, assim como em vários países, vive-se também uma situação de conflitos entre diferentes naturezas de direitos. “Temos no Chile muitos conflitos com grandes empresas como mineradoras e termoelétricas e aí vemos que os direitos econômicos brigam com os direitos humanos. Um trabalho básico da Psicologia deve ser o de colocar em evidência onde estão os problemas e traduzir as necessidades coletivas”, afirma ela.

Representante da Campanha Reaja ou Será Morta,

Reaja ou Será Morto, a médica Andréia Beatriz Silva dos Santos destaca que a violência de Estado passa ainda pela exclusão da participação política. “Genocídio também diz respeito à prática que exclui o povo negro do processo decisório do país. Genocídio é também uma negação do ser”, afirma ela. Andréia relembra que a própria criação da Polícia Militar em 1825 na Bahia teve como motivação o combate à resistência negra ao extermínio. “A Polícia Militar foi criada para combater o famoso Quilombo do Urubu, que era liderado por uma mulher, Zeferina”, diz ela.

Por todos esses relatos e argumentos percebe-se que aumentar os esforços de apreensão dos efeitos psicológicos produzidos pela violência de Estado é fundamental. Por esse processo poderá a Psicologia contribuir no acolhimento e, portanto, nas possibilidades do enfrentamento coletivo frente à barbárie das relações calcadas no consumo. Trazer à tona a discussão do enfrentamento da violência de Estado e torná-la objeto de debate na formação e aprimoramento de profissionais da Psicologia poderá redundar em grandes mudanças no exercício profissional e na construção de políticas públicas.



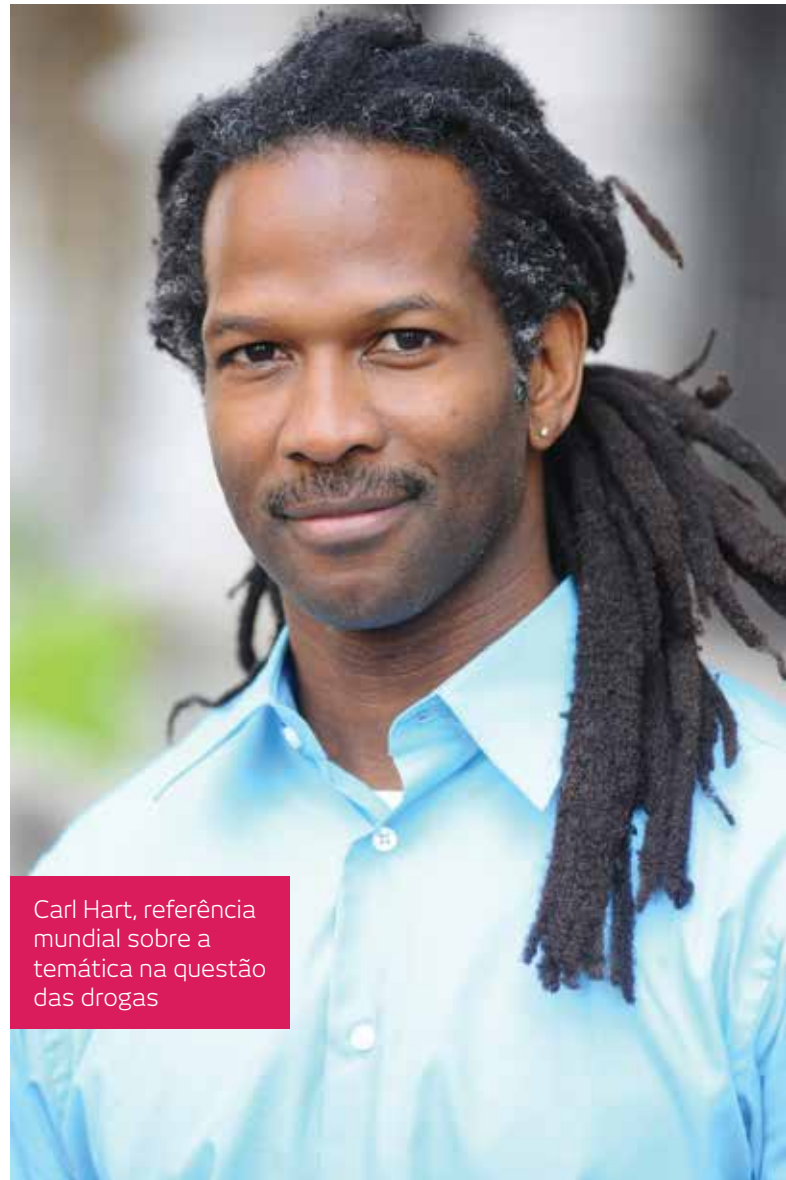
“Devemos descriminalizar TODAS AS DROGAS”

Em entrevista, o neurocientista americano Carl Hart critica a estigmatização de pessoas que estabelecem relações nocivas com drogas ilícitas e diz que a Psicologia pode contribuir nesse debate se superar o que classifica como “fascinação pela neurociência”

Carl Hart chama a atenção pela eloquência e clareza com que defende seus pontos de vista. Primeiro docente negro titular da história da Universidade de Columbia, onde atua como professor associado dos departamentos de Psicologia e de Psiquiatria, suas contribuições sobre a desigualdade a partir do marcador social de raça calcada na hierarquização produzida pela colonização, pelas práticas racistas e violentas e pelas pretensas teorias racistas são acolhidas em diferentes espaços científicos. É hoje um dos poucos negros que produzem ciência devido aos processos de racismo institucional presentes na academia e do racismo estrutural das sociedades contemporâneas. Nesta entrevista exclusiva, Hart fala sobre dependência, preconceito, segregação e como um olhar humanizador, aliado à descriminalização de substâncias consideradas ilícitas, pode resgatar pessoas da segregação social.

Por que escolheu o tema drogas como foco de atuação?

Originalmente, estava tentando entender como o cérebro funciona. Queria fazer um PhD em neurociências e as drogas eram uma ótima ferramenta para descobrir como as células do cérebro funcionam. Elas podem mudar a própria função e isso pode nos dizer algo sobre como funcionam quando não estão alteradas. Fiquei interessado, parte por achar que elas estavam destruindo comunidades como a comunidade pobre de onde vim.



Carl Hart, referência mundial sobre a temática na questão das drogas

Qual é o impacto da proibição na forma como as drogas são vistas e como avalia as políticas antidrogas?

O impacto da proibição tem sido tão positivo quanto negativo. Se você é um político, se estiver fazendo policiamento ou em tratamento, a proibição tem sua finalidade. Como político, pode dizer aos cidadãos que colocará mais policiais nas ruas e combaterá mais o crime e as drogas. As pessoas dirão: viva, viva! Se é policial, verá seu orçamento aumentar. Se coordenar uma prisão, seu orçamento também crescerá. Se estiver em tratamento, você tem tratamento ou a cadeia. Mas isso representa pequena parte da sociedade. A grande maioria pagou o preço para que essas outras pessoas se beneficiem. Então, a proibição teve efeito negativo – principalmente em nós, a população, pois um grande número de pessoas vai para a cadeia por crimes relativamente pequenos. São crimes, sim, nós os tornamos crimes. E assim diminuí a probabilidade de algumas pessoas terem bons trabalhos, por terem ficha criminal. Também diminuí a segurança de algumas drogas nas ruas, pois, comercializada somente no mercado ilegal, coloca a vida dos que usarão essas drogas em risco.

Como os resultados de seu estudo podem ajudar a pensar sobre políticas de drogas?

A minha pesquisa é sobre onde realmente fornecemos drogas às pessoas. Distribuí milhares de doses de crack, cocaína, maconha, e o achado mais importante é que elas podem ser administradas com segurança para as pessoas. Essa é a conclusão número um. Então, quando pessoas dizem que essas drogas produzem efeitos imprevisíveis não estão dizendo a verdade. É importante saber que se regularizarmos o uso, a sociedade não irá desmoronar. Uma das conclusões mais importantes de meu estudo é que se pode mudar o fato de alguém usar drogas ou não simplesmente ao fornecer a essa pessoa uma alternativa que seja mais atraente. Em nosso caso, fornecemos várias quantias em dinheiro. Ao fazer isso, verificou-se que o uso de drogas diminuí. Esse é um achado importante. Nos diz, como sociedade, que você precisa oferecer opções para as pessoas. Se fizer isso, pode realmente controlar o uso de drogas. Não que as pessoas jamais usariam drogas, porque elas funcionam, são divertidas para algumas pessoas. Mas se tiverem a quantidade certa de alternativas, não verão isso.

Esses resultados surpreenderam você?

Sim. Me diziam que drogas como crack e cocaína eram tão viciantes que as pessoas que as consomem preferem isso a cuidar de si mesmas e que as usariam em toda oportunidade. Esses resultados são muito importantes para uma política sobre uso de drogas. No Bra-

“Uma das conclusões mais importantes de meu estudo é que se **pode mudar o fato de alguém usar drogas ou não** simplesmente ao fornecer a essa pessoa uma alternativa que seja mais atraente”

sil, assim como nos Estados Unidos, há um foco muito forte na guerra contra as drogas, no absentismo e em outros problemas do uso conhecido de drogas.

O que você mostra aponta para outras formas de pensar em políticas de drogas...

Obviamente, deve haver mudanças. Em meu livro escrevi sobre as mudanças que defendo e que nós devemos descriminalizar todas as drogas.

Se olharem para a ciência o suficiente, perceberão que o que estamos fazendo em termos de política com drogas não faz sentido, está errado.

Quais são os problemas da concepção de dependência em drogas e como problematizá-la?

Uma das primeiras coisas que se confunde é falar sobre uso de drogas e dependência em drogas como se fossem a mesma coisa. Não são, pois sabemos que a maioria das pessoas que usa drogas – todas essas drogas que mencionei –, não são dependentes. Elas vão trabalhar, pagam seus impostos, cuidam de suas famílias. Somente pequena porcentagem das pessoas que usa drogas, entre 10% a 20%, se tornam dependentes. Isso nos diz que a própria droga não é a culpada, que há outros fatores envolvidos, que é o que estamos tentando focar em nossa pesquisa. A dependência em drogas é um problema relativamente pequeno, mas recebe toda nossa atenção quando falamos sobre drogas. Esse é o problema.

A pobreza é alvo dessa estigmatização?

Como as pessoas usam drogas não varia de raça ou gênero. As pessoas ficam chapadas da mesma forma, na maioria das vezes. O que difere é como a sociedade vê esses grupos diferentes. Nos Estados Unidos e no Brasil



prendemos pessoas de comunidades pobres que usam drogas com muito mais intensidade do que fazemos com pessoas ricas. Não entramos nas suas casas e derrubamos a porta para procurar drogas, embora elas as estejam usando. Então, vamos atrás das pessoas pobres. Elas não se negarão (a serem invadidas), pois não podem se negar, não têm dinheiro para dizer que isso é errado. E prendemos essas pessoas não por elas estarem usando drogas com mais frequência: prendemos essas pessoas pois tiramos vantagem delas em todos os momentos em nossa sociedade. Seja por uso de drogas, seja como mão de obra barata. As pessoas ricas, quando estão usando drogas, o fazem somente para expandir seu nível de consciência. Já as pessoas pobres fazem uso por serem más. É o que a sociedade diz.

Como avalia o foco do tratamento de dependência de drogas?

É preciso se certificar de que tenham uma avaliação muito boa para entender o motivo de pessoas serem dependentes. Algumas têm distúrbios psiquiátricos, como depressão, ansiedade, esquizofrenia, dificuldades de aprendizado, uma grande gama de distúrbios que predispõem à dependência. Uma boa avaliação indicará isso. Outras vezes, são dependentes por não terem outras alternativas. Talvez, uma das melhores alternativas que têm é usar drogas. Se este for o caso, o tratamento deve ser diferente. É preciso ajudar as pessoas a desenvolverem habilidades, trabalhos, para conseguir inseri-las. Isso ajudará no tratamento da dependência. Então, tudo depende do que a avaliação disser sobre o motivo de a pessoa estar dependente. Esse é o primeiro passo antes de imaginar um tratamento que funcione para todos. Não é assim que funciona.

“As pessoas ricas, quando estão usando drogas, o fazem somente para expandir seu nível de consciência. Já as pessoas pobres fazem uso por serem más. É o que a sociedade diz”

Como a Psicologia pode contribuir com esse debate e avançar em sua intervenção?

A Psicologia pode contribuir, primeiramente, ao se lembrar de que é Psicologia: isto é, não ficar muito impressionada e fascinada com a neurociência, isoladamente. A neurociência na Psicologia se tornou tão dominante que se esquece de olhar o comportamento. Se olharmos o comportamento e as coisas que são responsáveis pelo comportamento, como as condições ambientais, a Psicologia pode contribuir bastante. Mas se estiver olhando somente para o disparo de uma célula ou alguma função cerebral, se tornará irrelevante. É o que se tem feito. Então, tudo depende de para onde a Psicologia está indo.

Você visitou a Cracolândia. O que viu?

O nome Cracolândia é inadequado. Há mais coisas acontecendo em lugares como esse que não são relacionados às drogas. As pessoas se amam, fazem todos os tipos de coisas que fazemos em nossas vidas. Chamar de Cracolândia é realmente estigmatizar as pessoas e vilanizá-las de forma que nos permitam, como sociedade, não ter de lidar com elas como seres humanos. É esse o motivo de se usar esse tipo de termo. Minha impressão é que quando estive no Brasil para conhecer como o país vê as drogas, estava voltando aos Estados Unidos de 1986. As pessoas estão cometendo os mesmos erros que fizemos nos EUA, 28 anos atrás, ao pedirem essas políticas e a forma como tornam os usuários de drogas em vilões.

Como Brasil poderia responder ao uso de drogas?

A forma mais honesta de responder é que não podemos somente pensar sobre uso de drogas de forma isolada. Não podemos dizer que o problema é o uso de drogas quando os problemas a que estamos atribuindo o uso de drogas já existiam antes desse uso. O Brasil sempre teve serviçais, se tornou independente há menos de 200 anos. Mas esses serviçais sempre estiveram aí. Agora estão culpando as drogas pelos serviçais, mas os serviçais já estavam aí. Se há bodes expiatórios convenientes, não é preciso lidar com o problema.



Foto: Marco Gomes / Flickr Creative Commons

Autonomia para decidir

Crianças e adolescentes podem requerer atendimento não eventual quando pais e responsáveis subestimam sofrimento mental ou são seus causadores



Foto: Dollar Photo Club

Um adolescente de 15 anos procurou atendimento psicológico sem que a família soubesse. Contou que era gay e que os pais não aceitavam sua orientação sexual, por causa da religião. Temia ser levado para “curar seu problema” na igreja, como foi ameaçado algumas vezes. Em outro caso, uma menina de 10 anos escreveu uma carta contando que era abusada sexualmente pelo pai. Pedia ajuda e que a mãe não fosse informada disso, porque não obteve apoio quando contou a história.

Esses dois exemplos ilustram casos frequentes no dia a dia da profissão. E levantam uma questão ética complexa sobre os atendimentos não eventuais. O que fazer diante de demandas como essas: acolher a criança e o adolescente em sofrimento sem envolver os responsáveis, contrariando o Código de Ética das/os Psicólogas/os, ou recusar esse caminho, mesmo sabendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entende que esses jovens são sujeitos de direitos e, portanto, a prioridade das ações de cuidado e assistência são soberanas?

O Código de Ética, em seu Artigo 8º, determina que “para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente”. Já o Artigo 3º do ECA diz que a criança e o adolescente “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP



SP), tem compreendido, diante desse dilema, que a lei maior – o ECA – se sobrepõe ao Código de Ética do Psicólogo nesse sentido. O CRP SP orienta que o código deve ser analisado e interpretado diante das legislações garantidoras de direito, principalmente aquelas que versam sobre populações em condições de vulnerabilidade ou em condição especial de desenvolvimento. A questão que o CRP SP coloca é, de fato, a de casos em que as/os psicólogas/os estariam diante de um dilema ético, ou seja, quando o atendimento não eventual se constituir como condição para escuta qualificada de crianças e adolescentes em situação de violência e que a anuência de seus responsáveis poderia, nestes casos específicos, configurar a perda da possibilidade de encaminhamentos de cuidado e de proteção integral.

Questão jurídica

Sobre o assunto, o CRP SP encomendou um parecer jurídico aos advogados Daniel Adolpho Daltin Assis e Raul Carvalho Nin Ferreira, que atuam com crianças e adolescentes. O documento oferece subsídios para levar adiante a discussão sobre a necessidade de um adulto autorizar o atendimento não eventual de crianças e adolescentes.

O documento discorre sobre vários aspectos da legislação brasileira e internacional no que se refere aos direitos da autonomia de crianças e adolescentes. Na análise sobre o artigo 8º do Código de Ética Profissional das/os Psicólogas/os, o documento levou em conta os direitos da criança e dos adolescentes previstos no ECA, no Código Penal, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e na Constituição Federal. O estudo abordou os direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes, analisando questões relacionadas ao direito à liberdade, à privacidade e à intimidade, à saúde, à educação, às limitações ao exercício de direitos, ao poder familiar e à capacidade civil.

Quanto ao direito à liberdade, por exemplo, o parecer utilizou o princípio da Proteção Integral, “constitucionalmente previsto (art. 204, 227 e seguintes da Constituição Federal/1988) e ordinariamente regulamentado, especialmente por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente.” Também destacou o artigo 15 do ECA que trata da questão dos direitos fundamentais de liberdade e os diretamente relacionados a ele: A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Assim como o Art. 16, que enumera os direitos compreendidos no direito à liberdade, e, especificamente no inciso VII, o direito de refúgio, auxílio e orientação, que o parecer aponta como “justificador de demandas de atendimento psicológico pelos mais jovens”.

Como agir

Para a psicóloga e psicoterapeuta Maria Cristina Rocha, supervisora de estágio no Serviço de Aconselhamento Psicológico da Universidade de São Paulo, a primeira atitude ao deparar com uma solicitação de atendimento não eventual que parta de criança ou adolescente deve ser sempre a de acolhimento. Segundo ela, a compreensão do contexto pode orientar o que fazer. Para isso, deve-se ouvir essa pessoa a fim de entender como ela chegou até ali, o que foi buscar, o que a impediu de solicitar a companhia de um adulto de referência, como são suas relações familiares e que experiências são vividas em casa. “Esses podem ser os motivos dessa busca solitária. Não atender essa criança ou adolescente pode significar abandoná-los novamente”, afirma Maria Cristina, que atua na área da infância e adolescência em situação de vulnerabilidade há trinta anos.

Por outro lado, adverte a psicóloga, não se pode esquecer que essa criança ou esse adolescente pertencem a algum grupo e que pode ser fundamental conhecê-lo. Para ela, o caminho do atendimento e a presença ou não de familiares vão sendo construídos no processo de atendimento. “Acho que esse é o tom: trazer questões, problematizar, sair da leitura burocrática e legalista do Código de Ética.” Ela conta que tem insistido em uma discussão com a categoria de que ética tem a ver com uma atitude que busca ampliar as possibilidades de vida. “O Código não necessariamente dá conta disso, cabendo, então, ao profissional analisar criticamente o que se passa em cada situação, pensando em como se posicionar diante da cada caso.” O CRP SP compreende que o Código de Ética apresenta os princípios que orientam essa reflexão e decisão sobre a atuação profissional. Considerando tais princípios, alerta ainda para a necessidade de as/os psicólogas/os articularem redes para que os encaminhamentos se deem de forma mais resolutiva.



Foto: Dollar Photo Club

Avaliação psicológica na Vara da Infância e JUVENTUDE E LAICIDADE

L. já tinha adotado a criança M., e entrou no cadastro junto à Vara da Infância e Juventude para adotar outra criança. Quando lhe foi indicada a criança V., seus líderes religiosos a desaconselharam. Para permanecer no cadastro, foi necessário submeter-se a novo exame. Queixa-se que a psicóloga fez o relatório pericial com a assistente social, não ficando claras as conclusões de cada uma, que antes foi considerada apta e depois inapta e que sua crença foi mencionada para substanciar a exclusão.

No documento emitido, as profissionais mencionam que L. referiu ter sentido que aquela não era a criança que estava sendo preparada para ela e que a sua deveria vir depois. Pretendia mudar o nome da criança, o que preocupou as profissionais, além da descrição que L. fez do esperado quanto à personalidade da criança e o fato de que delegava suas decisões a terceiros.

A psicóloga diz que no atendimento conjunto, as informações coletadas são compartilhadas. A religião não foi um obstáculo à aptidão para o cadastro de adoção, mas sim as expectativas da adotante e o respeito à autodeterminação da criança. O fato de ter sido aprovada em uma situação, não é óbice para não ser em outra. L. inclusive recusou-se a conhecer a criança.

A Comissão de Ética entendeu ser possível em um dado momento haver conclusão pela habilitação e em outro não, uma vez que o processo de avaliação psicológica deve considerar os diferentes contextos e situações de vida, com suas determinações históricas, sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, o objeto de estudo tem uma natureza dinâmica, circunstancial e não definitiva.

Quanto à crença religiosa da pretendente à adoção, verifica-se no documento que foi usada como mais um dos elementos para a compreensão das suas possibilidades de vir a adotar uma criança. Porém, a fundamentação do desaconselhamento não estava atrelada à crença em si, mas sim às expectativas da adotante em relação à criança a ser adotada – que dialogavam com suas crenças.

Diante do exposto, a Plenária arquivou a representação. Entendemos que o caso ajuda a refletir sobre a questão da religiosidade e da laicidade na Psicologia.

Reconhecemos a importância da religião, religiosidade e da espiritualidade na constituição de subjetivi-

dades, produzindo modos de entender e se relacionar consigo com o mundo e com os outros. A religião aborda a relação das pessoas com aspectos transcendentais da existência e seus fundamentos e práticas podem orientar de forma significativa as ações humanas. Cabe a/o psicóloga/o considerar como as crenças religiosas vão se fazendo presentes na vida das pessoas atendidas, influenciando modos de ser, de pensar e se comportar, e como as pessoas se relacionam com suas crenças, não cabendo qualquer valorização sobre elas.

É justamente por isso que a laicidade da Psicologia é um valor inquestionável, já que a garantia de não adoção de perspectiva religiosa possibilita a diversidade religiosa, sem valorar e hierarquizar religiões e suas crenças e práticas. A laicidade, assim, é um dispositivo de proteção à livre consciência e expressão de crenças. A Psicologia, como ciência, é laica, não se referenciando em dogmas religiosos. Psicologia e religiões são, dessa forma, sistemas de inteligibilidade do mundo distintos, com diferentes pressupostos e paradigmas.

A/o psicóloga/o, evidentemente, pode ter suas crenças. Todavia, o Código de Ética Profissional das/os Psicólogas/os é contrário à imposição de dogmas religiosos, à discriminação das crenças e à fundamentação do trabalho nestas. As pessoas, em sua diversidade cultural e religiosa, podem expressar seu sentimento de religiosidade de múltiplas formas, dentro de seu direito à liberdade de consciência e de crença. A Psicologia brasileira, dentro de seu compromisso social, deve pautar-se por esse referencial.

No Código de Ética Profissional há referências importantes sobre a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade, eliminação de discriminação e a análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural. Segundo o Art. 2º do Código de Ética, é vedado às/aos psicólogas/os induzir a pessoa atendida à convicções religiosas no exercício de suas funções profissionais.

O CRP SP promoveu e participou de diversos eventos sobre Psicologia, Religião e Direitos Humanos. Assista no site www.crpsp.org.br (selecione **Psicologia em Todo Lugar** e clique na área **Vídeos**). Acesse também em www.crpsp.org.br/diverpsi posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre a questão da Psicologia, religião e espiritualidade.

Psicologia e TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Com experiência em serviços públicos e ONGs dedicadas à saúde mental, Ed Otsuka defende que também é papel da profissão abraçar a defesa de direitos sociais

Acolher, avaliar e orientar são alguns dos atributos da Psicologia. Mas atuar com eficiência nessas questões nem sempre é possível quando a infraestrutura de atendimento e os meios para realizar o trabalho não estão à altura dessa responsabilidade. E, ainda, se as políticas públicas existentes não são aplicadas corretamente. Para o psicólogo Ed Otsuka, resolver problemas como esses não é tarefa exclusiva de gestores. Para ele, não é possível manter-se neutro

em situações assim. “Ficar neutro é reproduzir o que está acontecendo. Por isso acredito que devemos tomar posição e trabalhar para transformar as realidades com as quais não concordamos”, afirma.

Formado em 2004 pela PUC de São Paulo, Ed conta que a luta por direitos é parte de seu cotidiano desde a formação. Depois de fazer estágios e trabalhar por um curto período com orientação de crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e em situação de abrigo, Otsuka passou a se dedicar à área de saúde mental. Nos últimos dois anos e meio ele trabalhou no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Alvorecer, no bairro Pimentas, em Guarulhos. Ele descreve a experiência como “muito enriquecedora, mas também complexa”. E, em alguns aspectos, “difícil”.



Ed Otsuka defende maior participação do usuário

Foto: reprodução

Participação dos usuários

Além de trabalhar no projeto terapêutico singular de cada usuário, Ed tinha de lidar com questões familiares e da comunidade a que pertenciam. Ampliar a rede de atendimento em saúde mental não estava dentro de suas possibilidades, mas Otsuka conta que mesmo assim empenhou-se por algumas transformações que resultaram em progresso significativo para o cuidado dos usuários. Uma dessas batalhas foi pela realização de forma adequada e efetiva de assembleias: reuniões semanais para dar voz tanto a trabalhadores quanto a usuários, com o objetivo de identificar o que não está caminhando bem e, ao mesmo tempo, discutir propostas de mudanças para facilitar o cotidiano de todos. Em resumo, encontros para decidir ações, metas e, quando necessário, corrigir rumos.



Veja o vídeo de Ed Otsuka usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou acesse <http://bit.do/bypa5>

Tudo com a participação das pessoas atendidas.

“A assembleia é o espaço supremo de gestão de um serviço horizontalizado”, afirma. Segundo Ed, no princípio essas assembleias eram marcadas em horários que coincidiam com os de atendimento, além de serem mal divulgadas. “Conseguimos alterar essa rotina e fazer com que as assembleias fossem realizadas em momentos em que o serviço do Caps parava. Assim, todos, sem exceção, poderiam participar. Isso provocou uma grande transformação, com efeitos positivos diretos no tratamento dos usuários”, conta.

Para o psicólogo, antes da mudança os usuários não nutriam um sentimento de pertencimento em relação ao Caps. Mas ao ganhar voz e ao passarem a ser escutados nas reuniões, se apropriaram mais do espaço. “Nas assembleias, os usuários faziam queixas em relação à comida, por exemplo, e pudemos propiciar melhoras em relação a isso. Relatavam que não se sentiam escutados ou que não eram bem tratados por alguns profissionais. A partir disso, pudemos corrigir procedimentos equivocados”, diz Ed.

Para ele, esses encontros se tornaram um importante fórum de escuta – o que permitiu estabelecer um diálogo respeitoso com os usuários. “Eles passaram a dizer como preferiam ser tratados. Mostraram que não queriam um atendimento infantilizado e nem tutelado. Aos poucos, foram se empoderando e isso significou um grande avanço para eles”, explica.

Do ponto de vista terapêutico, relata, essa mudança ajudou a transformar a visão dos usuários em relação a si mesmos e também daqueles que os cercam. Colaborou, ainda, para instrumentalizá-los para a vida e para que ganhassem mais autonomia para organizar seu dia a dia, o que aumentou a satisfação pessoal de todos.

O psicólogo diz que durante sua passagem pelo Caps também defendeu, mas dessa vez sem sucesso, que fosse colocada em prática a lei 8.142, promulgada em dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo era que houvesse a implantação efetiva dos conselhos de controle e participação social, que, de acordo com a lei, deveria funcionar em caráter permanente e deliberativo como um “órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários”, para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde. “Apesar de ser uma lei, muitos não a seguem. Esse deveria ser um instrumento para maior participação social nos serviços públicos, para uma gestão comunitária”, defende Otsuka.

Depois de deixar o Caps de Guarulhos ele passou a se dedicar a outras atividades profissionais. Hoje, divide seu tempo entre o atendimento em consultório particular, ao programa de doutorado em Psicologia Social na USP e às

Foto: divulgação



Evento da Copa da Inclusão 2015 no SESC Itaquera

atividades da organização não governamental Sã Consciência, que ajudou a fundar em 2005. O psicólogo também é um dos idealizadores da Copa da Inclusão, evento realizado com apoio da ONG e do Conselho Regional de Psicologia (CRP SP). Criada em 2002, a Copa é um encontro esportivo e cultural entre usuários da saúde mental. Desde 2005 é realizada no SESC Itaquera. A edição deste ano, realizada nos fins de semana de 15 de agosto a 26 de setembro, reuniu cerca de 1.500 pessoas. Fizeram parte da programação torneios de futsal, vôlei, queimada, tênis de mesa, minimaratona, dama, dominó e xadrez, com equipes formadas pelos usuários de 85 serviços de Saúde Mental. Além disso, houve apresentações de dança, show de talentos e feira de geração de renda, com venda de produtos confeccionados pelos participantes.

O evento tem grande importância dentro do contexto da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial e do fortalecimento do SUS. Mais do que um conjunto de atividades desportivas, é um encontro que valoriza a luta pelos direitos humanos, o combate a relações de poder e estimula o protagonismo dos usuários em relação à sua própria realidade. Neste campo, a integração ajuda a promover a ressocialização e inclusão de usuários, além da maior interação com profissionais e familiares. Participam instituições de diversos municípios, como São Paulo, Sorocaba, Suzano, Carapicuíba, São Bernardo, Itapetininga, Diadema, entre outros.

Além da ONG Sã Consciência, Ed participa de outras atividades de promoção da saúde mental. “Invisto, acredito e ajudo a construir a Frente Estadual Antimanicomial, que é um importante espaço de construção coletiva, democrática e de empoderamento político para qualquer pessoa que se interesse e com potencial de promover transformações sociais necessárias”, afirma ele.

Consultório, doutorado, ações na ONG e na Frente Estadual Antimanicomial. Muitas atividades para uma pessoa só? “É difícil quantificar o tempo dedicado a cada uma dessas frentes. Acho impossível desvincular a atuação profissional, mesmo nos momentos de lazer. Faz parte de uma forma de se inserir socialmente, uma visão de mundo e de homem.”



Defender e qualificar o

SUAS

Conferências de Assistência Social reafirmam direitos de usuários, defendem controle social e aprovam diretrizes para a efetivação da Política de Assistência Social

No ano de 2015, o CRP SP mobilizou-se para contribuir com a participação qualificada e propositiva nas Conferências de Assistência Social, área de atuação de milhares de psicólogos/os.

Esta participação envolveu a realização do 3º Seminário Estadual sobre Psicologia e Assistência Social, debates com coletivos de psicólogos/os da assistência social mobilizados em várias regiões do Estado e análise das dúvidas que chegaram à Comissão de Orientação e Fiscalização.

No mês de junho/2015, o CRP SP promoveu um evento de preparação e mobilização à participação de psicólogos/os nas conferências de assistência social. A atividade trouxe elementos para situar o panorama e as perspectivas para a Conferência Estadual. Os debates regionais abordaram as especificidades e perspectivas de cada localidade para as conferências municipais.

Com a sistematização destes debates, sugestões e referências, o CRP SP produziu materiais como contribuição aos debates das Conferências de Assistência Social, sob o mote "Psicologia todo dia, em todo lugar, no Suas: por uma sociedade mais democrática e igualitária".

Conferências municipais

A participação nas Conferências municipais tem um papel fundamental, por ser esta a base do processo do controle social. É o ambiente no qual a categoria de psicólogos/os pode participar de forma mais atuante, ter voz ativa nas decisões do controle social, efetivando esse direito previsto na Lei Orgânica de Assistência Social e na Constituição. A partir das Conferências a política de assistência social tem mais chances de ser qualificada, levando temas importantes para a discussão nas etapas estaduais e a nacional.

Vale do Paraíba e Litoral Norte

O CRP SP esteve representado nas Conferências de 14 municípios da região, abarcando municípios de pequeno, médio e grande porte, no Vale do Paraíba, no Vale Histórico, no Litoral Norte e na Serra da Mantiqueira. Em 11 deles, o CRP contribuiu com a realização da palestra magna abordando o tema "Consolidar o Suas de vez rumo a 2026". Destaca-se que alguns municípios que contaram com o apoio do CRP SP realizaram sua primeira Conferência de Assistência Social neste ano.

Após a conclusão da etapa municipal, foram realizados

dois encontros, um em Taubaté e outro em Caraguatatuba, para fazer um balanço das discussões levantadas e da participação da subsede do CRP SP e das psicólogas/os nas conferências, assim como de mobilização para a etapa estadual.

Segundo o psicólogo Vinicius Cesca, da Comissão Gestora da subsede e representante do CRP SP no Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas), a participação em diversos municípios revela diferentes desafios a partir das especificidades de cada realidade, assim como também desafios comuns. “Apesar do caráter único do Sistema de Assistência Social e de seus desafios estruturais, é fundamental reconhecer a diversidade, as especificidades territoriais, o momento de estruturação do SUAS em cada município, para poder avançar em sua implementação. As Conferências municipais oferecem uma oportunidade significativa para fazer isso”, afirmou.

São José do Rio Preto

De acordo com a psicóloga Luzia Emilia Calixto, da Comissão Gestora da Subsede do CRP SP na região, entre os destaques da X Conferência Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto estão as deliberações pela construção de um plano municipal de capacitação, com a participação de representante do Fórum Municipal de Trabalhadoras/es do SUAS, e pela realização de concurso público no município com garantia de equipes de referência nos equipamentos, assim como a aprovação de uma moção de repúdio à não implementação da carga horária de 30 horas para todas/os as/os trabalhadoras/es do SUAS.

Segundo Luzia, a participação das/dos psicólogas/os no processo tem sido cada vez maior. “O psicólogo tem se reconhecido dentro desta política e tem ocupado espaços de discussão e de construção de novas propostas de atuação, reafirmando o seu posicionamento ético-político na busca por uma sociedade mais democrática e igualitária”, afirma.

Capital

A Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo foi precedida de 31 conferências regionais. Teve grande repercussão a decisão de não participar da etapa estadual, enviando apenas as suas deliberações. A questão tem gerado muitos debates sobre as motivações, objetivos e consequências dessa decisão, também não sendo consenso entre psicólogas/os presentes.

A principal razão da decisão foi a redução da delegação da cidade de São Paulo para a Conferência Estadual, de 112 vagas em 2013 para apenas 10 vagas na edição deste ano. “Se com 112 participantes já foi difícil discutir as políticas sociais, imagine com 10?”, diz o psicólogo Fernando de Assis Bento, trabalhador da Assistência Social do município.

“O psicólogo tem se reconhecido dentro desta política e tem ocupado espaços de discussão e de construção de novas propostas de atuação, reafirmando o seu posicionamento ético-político na busca por uma sociedade mais democrática e igualitária”

Luzia Emilia Calixto, da Comissão Gestora da Subsede do CRP SP em São José do Rio Preto

Ao longo do processo, o CRP SP manifestou, nos fóruns de articulação e nos órgãos de controle social da Assistência Social, sua discordância com a redução da delegação da capital e das demais metrópoles (Campinas e Guarulhos), por serem municípios muito populosos e com diversas complexidades na rede socioassistencial que precisam ser permanentemente debatidas e de maneira transparente.

Outra deliberação aprovada na Conferência Municipal paulistana foi a realização de uma Conferência Livre de Assistência Social em âmbito estadual. Entendendo a iniciativa como promissora para criar novos espaços e modos de participação e de mobilização, o CRP SP manifestou seu apoio a contribuir com a construção, a ampliação e a efetivação do controle social.

Conferência Estadual

Por meio de sua representação no Conseas, o CRP SP compôs a comissão organizadora da X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo. Durante a etapa estadual, representou as/os trabalhadoras/es do SUAS na cerimônia de abertura, com uma fala de Vinicius Cesca em defesa dos avanços na política de assistência social, do direito à participação de trabalhadoras/es e usuárias/os nas instâncias de controle social e deliberação do SUAS e apontando desafios para a consolidação do SUAS em dimensões como a gestão do trabalho. Outras ações do CRP SP envolveram a articulação com as demais entidades da coordenação do Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do SUAS de São Paulo para a mobilização de trabalhadoras/es e usuárias/os. Ao final, representantes do CRP SP foram eleitos para a X Conferência Nacional de Assistência Social, que acontece em dezembro.

FILMES



Coratio

O documentário de Ana Castro e Gabriel Mitani trata da violência de ontem e de hoje, cujo fio condutor, ligando o passado ao presente, é a tortura. Foi baseado no livro "Brasil: Nunca Mais", cujo lançamento completou 30 anos em julho, primeira publicação que denunciou a tortura do Estado durante a ditadura militar com base em documentos oficiais. As páginas dos processos de presos políticos relatam o uso de choque-elétrico, pau-de-arara, afogamento, estupro e inúmeros castigos desumanos. Discute também porque repetimos os mesmos erros do passado e faz uma reflexão sobre os novos caminhos a serem percorridos no presente e no futuro.

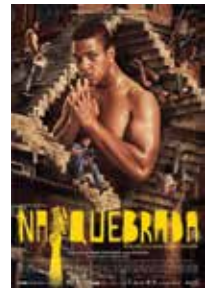
Que horas ela volta?

Dirigido por Anna Muylaert, conta a história de Val (Regina Casé), que se muda para São Paulo a fim de dar uma vida melhor à filha Jéssica, que deixou em Pernambuco. Val é babá de Fabinho (Michel Joelsas) e mora com os patrões. Treze anos depois, Jéssica (Camila Márdila) lhe telefona pedindo ajuda para ir a São Paulo tentar uma vaga na universidade. Os chefes de Val recebem bem a menina, até ela deixar de seguir certos protocolos.



Na Quebrada

O filme, dirigido por Fernando Grostein Andrade e inspirado em histórias reais, conta a trajetória de um grupo de jovens da periferia de São Paulo: Júnior conserta televisores, Zeca testemunha uma chacina, Joana sonha com a mãe desconhecida, e Gerson tem o pai na prisão desde que nasceu. Entre histórias de perdas e violência, eles descobrem uma nova maneira de expressar ideias e emoções: o cinema.



LIVROS

"Grande Sertão: Veredas", de João Guimarães Rosa

Nessa obra, o sertão é visto e vivido de maneira subjetiva e profunda, e não apenas como uma paisagem a ser descrita, ou como uma série de costumes que parecem pitorescos. Sua visão resulta de um processo de profunda integração entre o autor e a temática, cuja linguagem é o reflexo principal. Para contar o sertão, Guimarães Rosa utiliza-se do idioma do próprio sertão, falado por Riobaldo em sua extensa e perturbadora narrativa. Encontramos em "Grande Sertão: Veredas" dimensões universais da condição humana - o amor, a morte, o sofrimento, o ódio, a alegria - descritas por meio das lembranças do jagunço em suas aventuras no sertão mítico e de seu amor impossível por Diadorim.



Fone: (21) 3882-8200
www.ediouro.com.br

O Capa-Branca - de Funcionário A Paciente de Um Dos Maiores Hospitais Psiquiátricos do Brasil

No livro "O Capa-Branca", o jornalista Daniel Navarro Sonim reuniu, a partir de manuscritos e entrevistas, as experiências de vida de Walter Farias, ex-funcionário que se transformou em paciente do Complexo Psiquiátrico do Juquery, na década de 1970. Aprovado no concurso público para atendente de enfermagem, Walter é designado para cuidar de pacientes acamados ou que perambulam, alheios à realidade, pelos corredores do hospital psiquiátrico. A vida do protagonista de "O Capa-Branca" começa a tomar outro rumo depois da sua repentina transferência para o Manicômio Judiciário, onde ele começa a conviver com pacientes que cometeram crimes, alguns deles violentos e com requintes de crueldade.



Fone: (11) 3816-0333
www.terceironome.com.br

9º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária



29 de abril
a 1º de maio
de 2016



16 a 19
de junho
de 2016

Quer saber como você também pode definir os rumos da Psicologia no Brasil para os próximos três anos?

O CRP SP convida as/os psicólogas/os de todo o estado a contribuir com propostas para o 9º COREP e 9º CNP. Consulte no site (9cnp.crpsp.org.br) nossa agenda para saber em quais eventos promovidos pelo CRP SP você pode discutir propostas – eles estarão marcados em vermelho com a frase “evento preparatório para o 9º CNP”.

Objetivos

- Organização e mobilização das/os psicólogas/os do país.
- Articulação para composição, inscrição e apresenta-

ção de chapas que concorrerão aos mandatos dos Conselhos de Psicologia (gestão 2017 a 2019);

- Participação direta das/os psicólogas/os nas deliberações acerca das ações a serem desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia (gestão 2017 a 2019).



Utilize o QR Code ou digite o endereço abaixo no seu navegador para assistir o vídeo que preparamos sobre o 9º CNP
<http://bit.do/bxYXL>

Outubro de 2015 a março de 2016

Eventos preparatórios e atividades livres para o levantamento de questões e elaboração de propostas a serem apreciadas e votadas nos pré-congressos

Até 10 de abril de 2016

Realização dos pré-congressos para aprovação das propostas locais e nacionais e eleição de delegados para os congressos regionais

29 de abril a 01 de maio de 2016

Realização do Congresso Regional da Psicologia (COREP-SP), que aprova propostas para a gestão do CRP SP e para etapa nacional

16 a 19 de junho de 2016

Etapa nacional do CNP / Brasília DF

Acesse <http://9cnp.crpsp.org.br> e faça o download do regulamento do 9º CNP e do formulário de propostas. Confira também a programação completa dos eventos preparatórios em todo o Estado de São Paulo.